

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!21

REVISTA V!RUS
V!RUS JOURNAL

issn 2175-974x
dezembro . december 2020

ÁGORA
AGORA

UM DIÁLOGO PÓS-HUMANO ENTRE MICHEL FOUCAULT E BRUNO LATOUR
A POSTHUMAN DIALOGUE BETWEEN MICHEL FOUCAULT AND BRUNO LATOUR
PAULO KAWANISHI

PT | EN



Paulo Kawanishi é graduado em Letras, com especialização em Psicanálise, e é mestre em Linguística Aplicada. É doutorando em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e tem como principais temas de pesquisa linguagem, pós-humano, subjetividade e tecnologia. pkawanishi@hotmail.com.br
<http://lattes.cnpq.br/3432207930132740>

Como citar esse texto: KAWANISHI, P. N. P. Um diálogo pós-humano entre Michel Foucault e Bruno Latour. **V!RUS**, São Carlos, n. 21, Semestre 2, dezembro, 2020. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus21/?sec=4&item=3&lang=pt>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

ARTIGO SUBMETIDO EM 23 DE AGOSTO DE 2020

Resumo

Considerando as transformações causadas pela pandemia do coronavírus, e como o risco da Covid-19 evidenciou a agência de não-humanos sobre a vida humana, o tema "Nunca fomos tão digitais", que fundamenta essa edição da revista V!RUS, nos proporciona um espaço para apresentar o presente artigo. Este propõe uma aproximação entre conceitos de Michel Foucault e Bruno Latour, como meio de formar um aporte teórico capaz de abordar as subjetividades pós-humanas, mais especificamente o ciborgue. Mecanismos para entender o pós-humano são fundamentais para se refletir acerca da relação entre humanos e não-humanos em meio à pandemia. Além de discorrer brevemente pelos conceitos de ambos os autores, que se complementam uns aos outros, uma análise exploratória é apresentada para exemplificar a riqueza do diálogo entre os dois filósofos, para abordarmos o papel dos não-humanos na constituição de um sujeito pós-humano.

Palavras-chave: Subjetividade pós-humana, Dispositivo, Ator-rede

1 Introdução

As consequências da pandemia do novo coronavírus se estenderam em diferentes esferas. A proliferação de uma doença afeta as relações sociais, de modo a necessitar, como Foucault (2007a, p. 92) apontou sobre a epidemia de varíola, de "novos mecanismos de poder". Devido à facilidade de se infectar e contrair a Covid-19, hábitos diários mudaram, marcados agora pelo uso regular de máscara, pela higienização recorrente com álcool em gel e pelo deslocamento de quase todas as atividades para o âmbito digital. Enquanto aulas do ensino infantil ao superior necessitam de programas como o *Zoom* ou *Skype*, funcionários de empresas adotaram o chamado *home office*. Vivenciamos a importância de não-humanos para nos expressarmos em um mundo pós-humano. Assim, partindo da proposta desta edição da revista V!RUS, com seu tema "Nunca fomos tão digitais", a discussão sobre o pós-humano se configura como um conhecimento acadêmico que fornece mecanismos para lidar com as questões que estão emergindo.

O sujeito constituído pela pandemia é um ciborgue, uma figuração do pós-humano. Ele é marcado exatamente pela ambiguidade entre o orgânico e o tecnológico, como explicitado por Donna Haraway na década de 1990 (HARAWAY, 2000). O humano, enquanto conceito, encontra-se em uma crise que a situação provocada pelo coronavírus intensificará. Ele já fora questionado (FOUCAULT, 2007b) e, atualmente, é desmantelado pelo efeito das biotecnologias e da economia (BRAIDOTTI, 2013). Ao mesmo tempo, como efeito positivo dessa crise, abre-se caminho para subjetividades pós-humanas, marcadas pelo hibridismo.

Contudo, dentro das ciências humanas e dos estudos da linguagem, há uma defasagem teórico-metodológica para abordar subjetividades pós-humanas, como o ciborgue. Desde o sujeito cartesiano às discussões psicanalíticas (LACAN, 1996), separa-se ontologicamente o humano da tecnologia (LATOURE, 2013). Desse modo, necessita-se de uma abordagem consolidada para pensar sujeito(s) e subjetividade(s) ciborgues, como um caminho para abordarmos o pós-humano. Como os dois grandes discursos sobre o pós-humano, na contemporaneidade, podemos citar o trans-humanismo e o pós-humanismo crítico. O primeiro carrega a herança do iluminismo (FERRANDO, 2019) e defende uma visão (neo)liberalista de uma evolução da espécie por meio do uso de tecnologias, implementando-as em nossos corpos e vidas. O segundo surge dentro da academia, compreendendo os benefícios da tecnologia, mas questionando a figura do humano, aproveitando sua dissolução para propor novas possibilidades de expressões subjetivas em conjunto com não-humanos, antes excluídos (BRAIDOTTI, 2013; FERRANDO, 2019; HAYLES, 1999).

Dada a necessidade de uma abordagem teórica para a pesquisa dos sujeitos pós-humanos, o objetivo desse artigo é argumentar que a teoria foucaultiana do sujeito, em diálogo com certos conceitos da Teoria Ator-Rede (doravante TAR), apresentados por Bruno Latour (2000; 2012), pode oferecer instrumentos teórico-metodológicos eficazes para abordar a constituição do sujeito ciborgue. Enquanto o trabalho de Foucault proporciona fundamentos para compreendermos as relações de poder e o sujeito enquanto indivíduo conduzido por dispositivos, a TAR contribui com as noções de agentividade dos não-humanos, modo como o poder é exercido por eles ou a eles delegado. Por dialogarem (PYYHTINEN, TAMMINEN, 2011), a teoria foucaultiana pode se beneficiar dos pressupostos gerais dos assim chamados Novos Materialismos (MONFORTE, 2018) para servir como base teórico-metodológica para a reflexão sobre o pós-humano e o ciborgue.

As seções desse artigo foram divididas da seguinte maneira: fazemos uma breve introdução geral sobre o pós-humanismo e o pós-humano; em seguida, apresentamos uma síntese do trabalho de Foucault sobre o dispositivo e seu papel na constituição de um sujeito. Logo após, tratamos das propriedades do ator-rede e dos princípios teórico-metodológicos da TAR que fundamentam uma concepção de sujeito alternativa, não idêntica, porém compatível com aquela de Foucault. Por fim, apresentaremos uma análise inicial, exploratória, de alguns dados referentes a uma observação feita em um contexto de projetos de inserção de mecanismos eletrônicos em corpos para ilustrar o poder explicativo do arranjo teórico-metodológico proposto.

2 As facetas do pós-humano

O pós-humano se tornou um termo adotado por vários grupos distintos na atualidade (FERRANDO, 2019). Mais de um movimento o utiliza, idealizando sujeitos diferentes. Por isso, passaremos por mais de uma noção de pós-humano, enquanto buscamos delinear suas diferenças, defendendo, no final, que tomamos um posicionamento mais próximo do pós-humano crítico. Entre os pós-humanos aqui apresentados estão 1. aquele ocasionado pela transformação do sujeito em informação, 2. o humano que evolui com as máquinas para superar seu substrato orgânico, e 3. aquele que resulta da desconstrução do imaginário do humano, derivado de certos movimentos culturais, por meio de visões críticas vindas da academia.

A transformação do ser humano em informação foi fortemente influenciada, desde os anos 1950, pelo campo da cibernética, que o compreendia como semelhante a uma máquina auto regulada (HAYLES, 1999). Por isso, o humano seria programável e sujeito a comportamentos emergentes, ou seja, máquinas que poderiam modificar seus padrões de comportamento com base em informações (WIENER, 1954). Em contrapartida, o humano poderia ser replicado fora do corpo, caso as informações que os descrevem circulem de modo semelhante em outro substrato, por exemplo, em um disco rígido de computador. Desse modo, vislumbra-se um pós-humano digitalizado, instanciado por um ambiente e conjuntos de dados.

A segunda noção de pós-humano emerge da influência de tecnologias, enquanto artefatos, em nosso comportamento e evolução, exemplificada pela inteligência artificial (TEGMARK, 2017) e implantes (HAYLES, 1999). Sendo a visão trans-humanista de pós-humano, ele também se baseia em levar a vida a um patamar além do orgânico, pela sua paulatina fusão com o substrato tecnológico. Como resultado, seria possível suplantando até mesmo a morte, constituindo um humano pós-orgânico, como Paula Sibilia coloca, um traço do "impulso irrefreável para o domínio e a apropriação total da natureza, tanto exterior quanto interior ao corpo humano" (SIBILIA, 2014, p. 50).

O terceiro pós-humano seria o crítico (BRAIDOTTI, 2013; FERRANDO, 2019) que, fortemente influenciado pelo anti-humanismo (BRAIDOTTI, 2013), critica a excepcionalidade do humano e busca compreender nossa existência em relação aos ditos não-humanos. Ao explicitar a visão dicotômica constituinte da figura do humano, que, historicamente, foi construído como denominador comum a partir de um grupo específico (homens, brancos, heterossexuais e europeus), o pós-humano crítico procura dar voz aos excluídos, vistos como não-humanos pela sociedade ocidental (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, animais, natureza, etc.).

2.1 Crítica à utopia trans-humanista e a proposição de um pós-humano crítico

A condição pós-humana marca o embate entre tecnologias que condicionam a agência dos sujeitos e seus desejos que, reconfigurados por elas, forçam os limites morais do que, até então, se considerava próprio dos seres humanos. À frente do movimento, parece estar o trans-humanismo, cuja proposta apresenta desdobramentos que precisam ser questionados.

Primeiramente, um ponto a ser levantado seria o efeito sobre o humano ao se envolver com a tecnologia. Para o filósofo Slavoj Žižek, as tecnologias colocam em perigo a essência do ser humano, já que “o progresso tecnocientífico é encarado como uma tentação que pode nos levar a ir ‘longe demais’ – entrando em territórios proibidos da manipulação biogenética e assim por diante, o que colocaria em risco a essência de nossa humanidade” (ŽIŽEK, 2018, p. 3, tradução nossa). Outro crítico do pós-humano trans-humanista é Francis Fukuyama (2003), que discute o acesso desigual a tecnologias, como a biotecnologia, argumentando que haveria uma intensificação da desigualdade social entre as classes e perda de traços preciosos à humanidade. Argumentos assim são comuns entre os que defendem a perspectiva humanista, ou que, nos termos de Braidotti (2013), têm uma visão reativa ao pós-humano.

Por outro lado, outras linhas do pós-humano encaram de forma otimista e crítica a presença da tecnologia na constituição do pós-humano, e apresentam perspectivas não essencialistas. Braidotti (2013) e Hayles (1999), particularmente, defendem a possibilidade de existir um sujeito pós-humano crítico e, ainda, que tire proveito de certas oportunidades oferecidas pelas tecnologias. Braidotti busca introduzir uma abordagem que conduz um olhar mais transversal entre o humano e o não-humano, ao contrário de defender o apagamento do primeiro em benefício do segundo. Assim, a autora propõe pensar o sujeito pós-humano crítico a partir de

uma eco-filosofia de múltiplos pertencimentos, como um sujeito relacional constituído na e pela multiplicidade, o que significa um sujeito que funciona em meio a diferenças e é, também, internamente diferenciado, mas ainda embasado e responsável. (BRAIDOTTI, 2013, p. 49, tradução nossa).

Ao invés de demonizar a tecnologia, Braidotti a vê como mais um não-humano, em conjunto com o planeta e os animais, que constitui uma grande rede.

Questionando o trans-humanismo desde seu primeiro trabalho sobre o pós-humano, Hayles (1999) desenvolve uma crítica direta à proposta de desmaterialização do corpo por meio da metáfora de um mundo computável, em que o padrão informacional substitui a presença subjetiva. Hayles não discorda das possibilidades positivas que o desenvolvimento tecno-científico pode nos trazer, mas acredita que o elemento orgânico é fundamental para que algo de humano, não como essência, mas como ser vivo dotado de dignidade, seja mantido. Como ela explica,

[m]eu sonho é uma versão do pós-humano que abraça as possibilidades das tecnologias de informação, sem ser seduzida por fantasias de poderes ilimitados e imortalidade incorpórea, que reconheça e celebre a finitude como uma condição do ser humano, e que entenda a vida humana como sendo envolvida com o mundo material de grande complexidade, do qual dependemos para a nossa sobrevivência. (HAYLES, 1999, p. 5, tradução nossa)

Uma vez apresentadas as críticas feitas ao projeto trans-humanista, acreditamos ficar claro, por outro lado, como o pós-humano crítico se mostra um conceito importante e sobre quais princípios ele se fundamenta. A seguir, apresentaremos o conceito de dispositivo de Foucault (1988; 2014; 2017), pois ele é fundamental para prosseguirmos com a discussão sobre como os indivíduos do contemporâneo estão sendo conduzidos a subjetividade(s) pós-humana(s) por uma combinação de forças institucionais e materiais.

3 As rede de subjetivação e o sujeito foucaultiano

Em seu trabalho, seja de caráter arqueológico ou genealógico, Michel Foucault se debruçou sobre textos e desenvolveu suas reflexões por meio de análises documentais. Essa sua abordagem contribui para a

compreensão e análise dos aspectos sócio-históricos na constituição de sujeitos. Entre seus conceitos importantes está o de dispositivo, embora não tenha sido desenvolvido pelo filósofo de modo extenso, usado para abordar as redes de elementos heterogêneos envolvidos nas práticas que constituem um sujeito. Primeiro, discutiremos brevemente como o autor pensava o poder, conceito fundamental para se entender o dispositivo.

3.1 As relações de poder

Em seu trabalho, Foucault buscou repensar o poder para além do modelo jurídico (AGAMBEN, 2010), deslocando-o da dimensão metafísica para a dimensão da prática. O poder não seria possuído por alguém, mas efeito de relações. O autor afirma que “dispomos, primeiro, da afirmação de que o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato.” (FOUCAULT, 2010, p. 15)¹. Sendo assim, ao se referir ao poder, ele está necessariamente falando de “relações de poder”. Como exemplo, podemos considerar que, dentro de uma sala de aula, a decisão do aluno de se comportar de acordo com o intuito do professor é negociada por meio de outras práticas, como possíveis punições, ser enviado à sala do diretor ou ter sua nota diminuída. O poder que atua sobre o aluno não está no professor em si, mas é consequência do uso de estratégias como mencionadas.

Outra característica importante da noção foucaultiana de poder é a presença de resistência. Há sempre um ponto de resistência, pois este é o “interlocutor irreduzível” (FOUCAULT, 1988, p.106) do poder, uma vez que o princípio da relação de poder é o objetivo de conduzir o outro, que tem a opção de resistir (o aluno pode, muito bem, não ligar para as punições que receberia do professor). Desse modo, segundo Foucault (2009),

o exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’. [...] Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. (FOUCAULT, 2009, p. 244)²

O poder enquanto ato de governar determina as ações, além de instituir ao indivíduo quem ele é e o que pode ou não ser feito. O sujeito foucaultiano não é, necessariamente, um indivíduo cujas vontades foram massacradas por um poder, mas configuradas em função de práticas e estratégias que o capturaram.

3.2 Subjetivação do indivíduo pelo dispositivo

O termo dispositivo, da forma como é empregado no trabalho de Foucault, vem da noção grega de *oikonomia* que, em latim, traduziu-se como *dispositio*, e que remetia à função de gerenciamento de algo, normalmente relacionado com o cuidado da casa (AGAMBEN, 2005). Em seu cerne, persiste a ideia de conduzir um indivíduo por meio da relação de elementos heterogêneos, os quais formam uma rede que captura o indivíduo. O dispositivo tem, como objetivo, “administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens.” (AGAMBEN, 2005, p. 12). Segundo Foucault (2017), sobre a constituição de um dispositivo, pode-se resumi-lo como,

em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2017, p. 364)³

Partindo dessa definição, podemos compreender que o dispositivo é, em si, uma rede, e que ela não é constituída apenas por instituições, pessoas ou enunciados, mas também por tecnologias, revelando-se um enredamento entre esses elementos. Se retomarmos nosso exemplo do professor e do aluno, ambos foram constituídos por dispositivos que envolvem não apenas as diretrizes educacionais, o currículo, mas também elementos mais concretos, como a divisão de salas, os diários de classe que registram ausências, as folhas de prova que evidenciam avaliações, etc. Um dispositivo discutido por Foucault é o da sexualidade, e que constituiu sujeitos sexuais a partir do século XVII. Visto como uma grande rede, esse dispositivo focou na “estimulação dos corpos, [n]a intensificação dos prazeres, [n]a incitação ao discurso, [n]a formação dos conhecimentos, [n]o reforço dos controles e das resistências” (FOUCAULT, 1988, p. 116-117), agindo como estratégias de saber e de poder.

Outro dispositivo trabalhado por Foucault (2014) foi o carcerário, que se baseou no princípio de um corpo modelável e disciplinável, noção advinda do discurso militar do século XVIII. Os recrutas tinham seus

movimentos, vontades e até mesmo o tempo de seu dia regrados, medidos e controlados meticulosamente, pois eram vistos como "homens-máquina". O controle, modificação e estímulos de seus corpos eram constituídos por duas frentes: uma visão anátomo-metafísica, iniciada por Descartes e pelo discurso médico, e desenvolvida por filósofos; e uma visão técnico-política, formada pelo "conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo" (FOUCAULT, 2014, p. 134). Em conjunto com esse discurso, um dispositivo foi instituído, do qual as prisões e suas celas fazem parte, com o intuito de disciplinar o criminoso do século XVIII.

Se partirmos, então, do ciborgue, aceita-se que sua agência é híbrida. Ele não é um sujeito humano que usa máquinas, mas um sujeito formado por meio da integração do humano e da máquina, resultando em uma subjetividade "nova". O dispositivo captura os não-humanos, máquinas, constituintes do sujeito, pois ele os insere em sua rede de relações. Contudo, Foucault não explorou a possibilidade de se atribuir traços de agência aos elementos não-humanos constituintes do dispositivo, assim como de pinçá-los. Desse modo, na seção a seguir, trataremos de alguns conceitos da Teoria Ator-Rede, pois acreditamos que ela complementa o dispositivo foucaultiano para alcançar o objetivo de se abordar a constituição do ciborgue.

4 Latour e a agentividade dos não-humanos

Os não-humanos estão em todos os lugares, mas dificilmente concedemos a eles a regalia de serem donos de suas próprias ações, mesmo que estas não sejam conscientes ou intencionais⁴. Embora a intenção de uma ação ciborgue parta de seu componente humano, como Hayles (2017) aponta, o ato em si não se encerra nele. Assim, não há sujeito pós-humano sem a agência dos não-humanos, o que nos leva ao trabalho de Bruno Latour (2000; 2012).

Embora tanto Latour quanto Foucault compreendam a realidade e os elementos como construções resultantes de redes performativas, os autores diferem no ponto em que o segundo caminha pela epistemologia e o primeiro segue a perspectiva ontológica, focalizando os processos semióticos, em que as coisas passam a existir como resultado de suas relações. Sendo assim, se, por um lado, Foucault abordava como uma rede heterogênea se forma para capturar um indivíduo e transformá-lo em sujeito, Latour concede as lentes necessárias para entender o papel dos não-humanos nesse processo.

4.1 Atores-rede e a constituição da realidade

No cerne do pensamento latouriano está a proposição da simetria generalizada, ou seja, os elementos constituintes da realidade não são divididos entre dicotomias vistas como naturais. A existência de algo no mundo, como sujeito ou objeto, em certo momento, em certo espaço, é sustentada por uma rede de relações entre elementos heterogêneos que também existem nesse mesmo modo. Eles não pré-existem como uma unidade, mas se encontram em um eterno processo de subjetivação ou de objetificação, existindo sempre como quase-sujeitos e quase-objetos (LATOUR, 2012).

O modo como Latour (2012) encara a ideia de construção não é em oposição a destruição. Pelo contrário, ele propõe uma realidade objetivada através da mobilização de entidades, entre elas, enunciados e representações, mas também máquinas, animais, objetos, etc., que contribuem agentivamente no processo. A condição de existência de um elemento é consequência de relações, que o objetificam por meio de uma rede de performances humanas e não-humanas, as quais se estabilizam, em alguma medida. Sejam os humanos ou os não-humanos, todos os atores são atores-rede.

O traço diferencial da figura do ator, quando comparado com o sujeito clássico da sociologia, é que, como já dito, ele não precisa ser humano. De acordo com Latour (1992), a TAR "não se limita aos atores humanos individuais, mas amplia o sentido da palavra ator – ou actante – para não-humanos e entidades não individuais" (LATOUR, 1992, p. 2, tradução nossa). Configura-se um ator quando sua agência é capturada por uma rede e desviada pela ação de outros atores, traço muito semelhante ao do dispositivo foucaultiano. Contudo, ao contrário de Foucault, Latour aponta a importância de elementos não-humanos no funcionamento do poder, explicitamente. Pode-se ver, então, o sujeito foucaultiano como consequência de uma rede estável em nível coletivo/institucional/global, e o ator-rede em nível individual/cotidiano/local.

Enquanto elementos importantes para o entendimento do funcionamento da rede, existem os intermediários e os mediadores. Dentro de uma rede estabilizada, os atores funcionam como intermediários. A ação que passa por eles é devolvida aos que a eles estão conectados de forma previsível e constante. Em contrapartida, um ator pode ter a função de mediador, transformando a ação recebida em contraditória ou imprevisível, desestabilizando a rede e pondo em cheque a existência do elemento que constituía. Reestabilizar a rede depende da agregação de outros atores a ela.

Imaginemos uma (segunda) sala de aula que esteja estável. Todos os atores envolvidos em sua constituição são, então, intermediários. Porém, após um dia de chuva, aparece uma goteira na sala, levando ao reposicionamento das carteiras e ao descontentamento dos alunos. A sala se desestabiliza, porque a goteira (e a chuva, dois atores representando o mesmo actante) dispara comportamentos indesejáveis, funcionando como mediadores. Com o intuito de re-estabilizá-la, o professor, ao desenhar em uma folha um mapa de sala, separa os alunos que começam a brigar. Essa folha, um não-humano, é um novo ator incorporado à rede e, a menos que seja amassado ou queimado, permanecerá ajudando a mantê-la estável.

Partindo do princípio latouriano de que os não-humanos são constitutivos das redes, podemos propor uma aproximação entre o conceito foucaultiano de dispositivo e de sujeito e o conceito latouriano de ator-rede. Os dispositivos seriam atores-rede de larga escala que agem sobre os contextos locais por intermédio de atores humanos e não-humanos. O dispositivo produz sujeitos que podem ser vistos como atores-rede, os quais são, em menor escala, também, uma rede constituída por mediadores e intermediários. A seguir, discutiremos a agência dos não-humanos e o que seriam as suas prescrições para melhor entender seu papel na constituição de um sujeito.

4.2 Como seguir as agências dos não-humanos e como elas constituem um indivíduo

Como modo de alcançar a dimensão discursiva dos não-humanos, Latour (1992, p. 155, tradução nossa) sugere, com base em sua noção de translação⁵, que “todo aquele que quiser saber o que um não-humano faz, simplesmente imagine o que outros humanos ou não-humanos teriam que fazer caso esse ator não estivesse presente”. Essa sua afirmação se baseia em sua visão de que um humano é, muitas vezes, traduzido por um não-humano para que este cumpra a função dada ao primeiro originalmente. Latour exemplifica seu ponto, partindo de uma situação em que uma mola assume a função de uma pessoa cuja responsabilidade é fechar uma porta. Para percebermos efeitos de sentidos importantes produzidos pelos não-humanos, é necessário “ouvirmos suas vozes”, como Latour propõe. Sobre os não-humanos, segundo Latour (1992),

ao substituí-los por sentenças (normalmente no imperativo) que são enunciadas (silenciosa ou continuamente) por mecanismos, pelo benefício daqueles que são mecanizados: faça isso, faça aquilo, comporte-se assim, você pode fazer, está permitido ir até lá. (LATOURE, 1992, p. 157, tradução nossa)

A mola presa à porta diz “deixe a porta fechada”. Nesse caso, fechar a porta não era apenas uma obrigação, era necessário e o correto. O autor denomina este tipo de enunciado dos não-humanos como prescrições, “a dimensão moral e ética dos mecanismos” (LATOURE, 1992, p. 157, tradução nossa), e elas funcionam como “programas de ação” que disciplinam os indivíduos. Outro caso mencionado por Latour é o uso de um alarme que dispara e uma trava no carro que impede de ligá-lo caso o cinto não esteja conectado, pressupondo seu uso por parte das pessoas dentro do veículo. Os não-humanos impõem o comportamento socialmente aceito como correto ao usuário. Para que se possa apreender o sentido de ordem moral produzido pelo(s) não-humano(s), aplica-se o mesmo princípio utilizado para ouvir sua voz. Ao acompanharmos os atores e compreendermos seu funcionamento dentro de uma rede, podemos tentar traduzir em palavras as suas prescrições.

As indicações feitas por Latour acerca da moralidade instituída pelas agências não-humanas nos dão uma base metodológica que colabora na compreensão do papel dos não-humanos na constituição de um sujeito. Elas exemplificam como o dispositivo (um ator-rede de ampla escala) pode transportar, traduzir e articular enunciados, vinculados a certos discursos que conduzem indivíduos, transformando-os em sujeitos. Isso nos permite supor que os dizeres que constituem o indivíduo capturado pelo dispositivo do pós-humano podem ser rastreados nos dizeres dos não-humanos. É necessário apenas que se efetue corretamente a tradução, deslocando-se o enunciado mecânico-cibernético para o discursivo.

Uma vez trabalhados os conceitos latourianos, encerramos a discussão teórica que havíamos proposto. Em seguida, procuramos ilustrar a eficácia da formulação teórico-metodológica discutida por meio da análise de um conjunto de dados sobre as subjetividades pós-humana(s).

5 Seguindo um *chip* e descobrindo sujeitos

Como exercício exploratório para exemplificar a aplicação dos conceitos apresentados, passaremos por uma análise inicial em que acompanhamos o ator *biochip*. Ele é parte de um dispositivo que exerce um biopoder, captura o corpo e normaliza esse sujeito de modo a inseri-lo em um discurso informacional. Nossa abordagem

da relação entre corpo, máquina e informação pode ser útil para refletirmos sobre os jogos de poder entre humanos e não-humanos no período da pandemia do coronavírus.

Nosso ponto de partida é o evento *Hackers to Hackers*, de 2019, ocorrido na cidade de São Paulo, cujo objetivo era abordar o tópico do *hacking* por várias frentes, desde oficinas até palestras. No evento, alguns participantes inseriram *biochips*⁶ em suas mãos, aparelhos de tamanho próximo ao de um grão de arroz e que podem ser lidos por equipamentos com leitores de rádio-frequência. Os procedimentos foram feitos por uma convidada internacional do evento, que os realizou em meio às mesas públicas do local. No dia, conseguimos observar três pessoas recebendo os implantes que estavam sendo vendidos ao preço de custo (R\$ 220,00).

Dentre as pessoas interessadas em colocar o *biochip* em seus corpos, pudemos identificar pelo menos um grupo específico⁷, que o utilizava como elemento mediador da interação com certos dispositivos que contêm sensores e atuadores eletrônicos. Trata-se de um movimento coerente com o paradigma informacional (HAYLES, 1999), já que ele busca armazenar a presença do indivíduo a partir de sequências informacionais. O *chip* se torna um substituto de chaves e de cartões, permitindo que os indivíduos abram as portas de suas casas ou paguem compras apenas encostando-o em certas interfaces. Esse contexto segue um princípio semelhante ao que é apresentado por Frischmann e Selinger (2018, p. 33, tradução nossa): “nosso engajamento corporal com o mundo físico se torna algo visto como tendo um custo de transação tanto de logística quanto de deslocamento a ser minimizado, até eliminado se for possível”.

Não-humanos, como *biochips*, fechaduras e máquinas de pagamento, demandam dos indivíduos um tipo de interação em uma ordem simbólica que nos é difícil compreender ou enunciar, mas que traduz nossos gestos mais prosaicos em nossa identidade. Como Buzato (2016) descreve,

[o] caso agora é a necessidade de oferecer ao sistema *performances* lógico-matemáticas cujos significados estão muito além, ou muito aquém, de nossa capacidade cognitiva. Se não pudermos realizar tais *performances* por algum motivo, não ficaremos apenas sem voz, ficaremos destituídos de existência enquanto agentes num simulacro de realidade modelado lógico-formalmente. (BUZATO, 2016, p. 176)

Mecanismos como esses podem compor dispositivos que conduziriam um indivíduo a codificar a si mesmo em dados. No caso mencionado, ao interpelarmos o *biochip*, como indicado por Latour (1992), e traduzi-lo, encontramos enunciados performáticos (DERRIDA, 2004), como “este sou eu”, “abra-te”, “tome aqui o dinheiro”. Ao carregar senhas ou padrões informacionais que servem como chaves para fechaduras, o mecanismo não carrega uma representação corpórea ou biográfica do indivíduo, mas, sim, seu equivalente em dados. Por um lado, seria possível interagir com esses elementos com um cartão ou uma chave, mas, uma vez tendo o *chip* dentro do corpo, a relação entre humano e máquina se transforma ilusoriamente em algo mais direto, aproximando os indivíduos de um ideal de ciborgue presente no imaginário trans-humanista. No fim, além do *biochip* comunicar aos outros não-humanos quem o indivíduo é, ele subordina a sua condição de sujeito à sua coexistência com esse aparelho tecnológico.

Nessa relação, embora o corpo permaneça, resistindo ao imperativo trans-humanista, o *biochip* o captura, sujeitando-o aos jogos informacionais de poder, a partir da agência do não-humano. Por um lado, o indivíduo ainda é transformado em uma sequência de informações que, inseridas no *biochip*, performam a sua existência. Por outro lado, o recipiente dessa informação não pode transitar sem o corpo biológico do indivíduo. Contudo, a extensão da circulação deste será determinada pelo *biochip*. Ao final, esses pequenos mecanismos se mostram bons exemplos da agência de um não-humano. O ciborgue constituído é capturado por todo um dispositivo que conduz o corpo e, assim, sujeita o indivíduo, configurando o que Foucault (2012) nomeou de biopoder, agora em sua versão pós-humana.

6 Considerações finais

A discussão proposta por esse artigo colabora diretamente com a problemática levantada pela ideia de que “nunca fomos tão digitais”, base para esta edição da revista. Em meio à pandemia atual, nossos corpos são conduzidos por meio da agência de não-humanos (álcool em gel, máscara, computadores e a Internet, por exemplo), a favor de um poder que determina nossa circulação e normaliza os sujeitos.

No entanto, como pudemos ver, sem um meio eficiente de se alcançar esses não-humanos, cujos enunciados se encontram, muitas vezes, na esfera matemático-computacional, não teremos como questionar suas implicações sobre nossas vidas, sejam vírus, computadores ou *biochips*. Por isso, apenas a base sólida deixada por Foucault não é suficiente para abordarmos a constituição de um sujeito e a atuação dos dispositivos nesse processo. Em contrapartida, em diálogo com os conceitos de Latour, podemos interrogar os atores não-humanos e seu papel na condução de subjetividades pós-humanas.

A aproximação de ambos os autores fundamenta a construção de uma caixa de ferramentas teóricas rica, para tratar de um mundo (pós)pandêmico em que o pós-humano, uma realidade já efetiva, estará ainda mais presente e explícito. Em um mundo abalado pela pandemia, elas vão nos permitir resistir aos processos de subjetivação mais desumanos, e também apresentar e legitimar modos de existência pós-humanos, como o ciborgue. Encarando a questão do pós-humano criticamente, podemos pensar na constituição de um mundo mais (pós)humanizado para todos.

Referências

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 22 maio 2020.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BRAIDOTTI, R. **The Posthuman**. Cambridge: Polity Press, 2013.

BUZATO, M. Cidadania pós-social e encontros pós-humanos: integrando sentido, informação e emoção. *In: BUZATO, M. (org.) Cultura digital e linguística aplicada: travessias em linguagem, tecnologia e sociedade*. Campinas: Pontes, 2016, p. 173-204.

DERRIDA, J. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FERRANDO, F. **Philosophical Posthumanism**. New York: Bloomsbury Academic, 2019. E-book.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. *In: MACHADO, R. (org.) Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 363-406.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In: DREYFUS, H., RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France 1977-78**. New York: Palgrave Macmillan, 2007a.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

FRISCHMANN, B.; SELINGER, E. **Re-engineering humanity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

FUKUYAMA, F. **Nosso futuro pós-humano: consequências da revolução da biotecnologia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. *In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.) Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 35-118.

HAYLES, N. K. **How We Became Posthuman: Virtual Bodies In Cybernetics, Literatures, And Informatics**. Chicago: The University of Chicago, 1999.

HAYLES, N. K. **Unthought: The Power of the Cognitive Nonconscious**. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do Eu. *In: ZIZEK, S. (Org.) Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 97-103.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LATOUR, B. Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts. *In*: BIJKER, E.; LAW, J. **Shaping Technology/Building Society**: studies in sociotechnical change. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992, p. 225-258.

MONFORTE, J. What is new in new materialism for a newcomer? **Qualitative research in sport, exercise and health**, v. 10, n. 3, p. 378-390, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2159676X.2018.1428678>. Acesso em: 21 de maio de 2020

PYYHTINEN, E.; TAMMINEN, S. We have never been only human: Foucault and Latour on the question of the *Anthropos*. **Anthropological Theory**, v. 11, n. 2, p. 135-152, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1463499611407398>. Acesso em: 13 abr. 2020

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico**: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

STRUM, S. S.; LATOUR, B. Redefining the social link: from baboons to humans. *In*: SCHUBERT, G. A.; MASTERS, R. D. (org.). **Primate politics**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1990, p. 73-86.

TEGMARK, M. **Life 3.0**: Being Human in the Age of Artificial Intelligence. New York: Alfred A. Knopf, 2017.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. Editora Cultrix São Paulo, 1954

ZIZEK, S. **Like a thief in broad daylight**: power in the era of post-human capitalism. New York: Seven Stories Press, 2018.

1 Podemos apontar como Latour já dialoga, de certa maneira, com Foucault, uma vez que essa visão se aproxima com o que o primeiro (LATOUR, 2012) – e, antes disso, Strum e Latour (1990) – chamou de “concepção performativa do social”. Para esses autores, a coesão social nada mais é do que um conjunto de práticas estabilizadas. Esta condição se dá mediante a ação de elementos, tanto humanos, quanto não-humanos, em rede.

2 Em Latour (2012), há uma formulação compatível com a visão foucaultiana ao explicar que a disciplinarização de uma entidade pode ser revertida de modo que tal entidade venha a “trair” os demais elementos constituintes da rede. Em termos latourianos, trata-se da conversão de intermediários (atores disciplinados) em mediadores (entidades que resistem ou perturbam a ordem). O poder se exerce na transformação de um mediador em um intermediário pela ação de outros mediadores e intermediários.

3 Assumimos que o autor faz referência, tanto a elementos não-discursivos, quanto aos dizeres interditos, quando menciona o “dito e o não-dito”.

4 Ao pensar a questão da agência, Latour parte do princípio de que os atores humanos e não-humanos têm agências diferentes. Os últimos não têm intenções ou desejos, mas podem condicionar, conduzir e resistir. Por não considerarem os não-humanos como elementos importantes na organização das redes, como acontece com Foucault, alguns pensadores acabam usando entidades metafísicas, como o social, para justificar a coesão entre os elementos humanos e não-humanos.

5 Latour define translação como o ato de transformação ocorrido ao se substituir um ator por outro.

6 Esse recorte faz parte de nossa pesquisa de doutorado “Os ciborgues entre nós”, desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

7 Outros grupos puderam ser identificados, mas, por questões de espaço, não haveria como abordá-los neste trabalho. Esperamos desenvolver outros textos para trabalhá-los especificamente.